Processo n.º 165/2002

Data do acórdão: 2002-10-10

(Recurso civil)

Assuntos:

- procedimento cautelar
- contagem do prazo para oposição ao decretamento

S U M Á R I O

Considerando que no caso do n.º 2 do art.º 403.º do Código de Processo Civil, está em causa a fase de articulados antes da decisão judicial da causa, enquanto na hipótese do seu precedente art.º 333.º, a lei oferece dois meios legais à escolha de todo o requerido da providência cuja audição prévia não tenha sido feita nos termos finais do n.º 1 do art.º 330.º, para este poder insurgir-se contra a decisão, já tomada, de decretamento, o prazo para a dedução de oposição à providência sob a égide da al. b) do n.º 1 do art.º 333.º tem que ser contado individual e peremptoriamente, sem prorrogação nenhuma em termos semelhantes aos do n.º 2 do art.º 403.º.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 165/2002

(Recurso civil)

Recorrente: (A)

Recorridos: (B)

(C)

**Acordam no Tribunal de Segunda Instância da
Região Administrativa Especial de Macau**

I. RELATÓRIO

No procedimento cautelar comum movido por (B) e (C) contra a Sociedade (X), (A), (D) e (E), foi pela Primeira Instância proferida, sem prévia audição destes requeridos, decisão de decretamento da providência.

Notificada pessoalmente desse decretamento, a requerida (A) deduziu oposição à providência, peça esta que, entretanto, por tida como apresentada

fora do prazo para o efeito, não foi admitida pelo Tribunal *a quo* e com consequente ordenação de desentranhamento.

É desta última decisão judicial que vem a mesma requerida oponente recorrer agora para este Tribunal de Segunda Instância, pedindo a revogação da mesma com consequente ordenação de incorporação nos autos da oposição então oferecida, por entender nuclearmente que a regra do n.º 2 do art.º 403.º do Código de Processo Civil de Macau (CPC) lhe é aplicável, porquanto a oposição prevista no n.º 1 do seu art.º 333.º reveste a natureza de uma contestação em sentido material com a mesma função que a esta é atribuída pelo seu art.º 407.º e com o regime consagrado nos subsequentes art.ºs 408.º, 409.º e 411.º a 418.º.

Contra-alegam os requerentes da providência ora recorridos (B) e (C), pugnando pela negação de provimento ao recurso, por opinarem, essencialmente, que a norma do art.º 403.º do CPC se aproxima muito mais da uma regra de exceção, e portanto insusceptível de aplicação analógica a procedimentos cautelares, atentos o disposto no art.º 329.º, n.º 3, do mesmo diploma e o escopo do novo CPC no sentido de reforçar o carácter urgente e célere de procedimentos cautelares.

Feito o exame preliminar e corridos os vistos legais, cumpre conhecer do recurso *sub judice*.

II. DOS ELEMENTOS FÁCTICOS PERTINENTES À DECISÃO

1. Proferida a decisão judicial de decretamento da providência cautelar requerida por (B) e (C), foram dela notificados pessoalmente os requeridos:

- Sociedade (X)., no dia 18 de Fevereiro de 2002 (cf. fls. 142);
- (A), no dia 28 de Fevereiro de 2002 (cf. fls. 153);
- (D), no dia 15 de Fevereiro de 2002 (cf. fls. 141);
- e (E), no dia 8 de Março de 2002 (cf. fls. 169).

2. Inconformada, a requerida (A) apresentou, em 18 de Março de 2002, a sua oposição ao decretamento da providência (cf. a telecópia desta peça de fls. 177 a 220 e o seu original a fls. 223 a 244).

III. DO DIREITO

Tendo em conta que o tribunal *ad quem* só resolve as questões concretamente postas pela recorrente e delimitadas pelas conclusões das suas alegações de recurso, transitando em julgado as questões nelas não contidas, mesmo que alguma vez tenham sido invocadas nas mesmas alegações, por um lado, e, por outro, relembrando a doutrina do saudoso Professor José Alberto dos Reis de que “*Quando as partes põem ao tribunal determinada*

questão, socorrem-se, a cada passo, de várias razões ou fundamentos para fazer valer o seu ponto de vista; o que importa é que o tribunal decida a questão posta; não lhe incumbe apreciar todos os fundamentos ou razões em que elas se apoiam para sustentar a sua pretensão” (in Código de Processo Civil anotado, Volume V – Artigos 658.º a 720.º (Reimpressão), Coimbra Editora, Lim., 1984, pág. 143.), a única questão, de natureza eminentemente jurídica, a resolver nesta lide recursória circunscreve-se, concretamente, à indagação da aplicabilidade da norma do n.º 2 do art.º 403.º do CPC à contagem de prazo de apresentação de oposição prevista no art.º 333.º, n.º 1, al. b), do mesmo Código, já que se a resposta a esta incógnita fosse positiva, procederia o recurso da ora recorrente, caso contrário naufragaria o mesmo, porquanto está assente que, à falta de disposição especial, o prazo para efeitos de dedução de oposição aí prevista é de dez dias por força do art.º 103.º, n.º 1, do CPC, contado nos termos do art.º 94.º do mesmo diploma.

Bom, com pertinência à indagação do problema, urge inteirar-se primeiro da natureza e função do instituto de oposição consagrado na al. b) do n.º 1 do art.º 333.º do CPC.

Para este efeito, é de citar aqui, sob a forma de transcrição, as seguintes considerações já por nós tecidas no aresto desta Segunda Instância, de 2 de Maio de 2002, no Processo n.º 215/2001, a propósito da interpretação e aplicação do referido art.º 333.º:

<<Ora, para nós, e tal como já consta dos ensinamentos doutrinários da Teoria Geral do Direito Civil, a letra da lei é o ponto de partida de toda a interpretação da lei, não podendo ser considerado pelo intérprete o pensamento legislativo que não tenha na letra da lei um mínimo de correspondência verbal, ainda que imperfeitamente expresso (cf. o cânone da hermenêutica absorvido e aflorado expressamente no n.º 2 do art.º 8.º do Código Civil de Macau).

Nesta esteira, da letra do n.º 1 do art.º 333.º do CPC, segundo a qual “*Quando não tiver sido ouvido antes do decretamento da providência, o requerido pode, em alternativa, na sequência da notificação prevista no n.º 5 do artigo 330.º:// a) Recorrer, nos termos gerais, do despacho que a decretou, quando entenda que, face aos elementos apurados, ela não devia ter sido deferida;// b) Deduzir oposição, quando pretenda alegar factos ou fazer uso de meios de prova não considerados pelo tribunal e que possam afastar os fundamentos da providência ou determinar a sua redução, aplicando-se, com as adaptações necessárias, o disposto nos artigos 331.º e 332.º*” (sublinhado nosso), não se pode extrair um resultado de interpretação da lei nos termos “teleológicos” acima defendidos pela ora recorrente, pois a norma em causa não pode ser mais clara e não permite outro tipo de interpretação para além da sua interpretação declarativa.

Ademais, do confronto deste preceito do n.º 1 do art.º 333.º do CPC com as normas processuais civis aplicáveis neste domínio à luz do anterior CPC de 1961 (i.e., os seus art.ºs 401.º, n.º 2, 405.º e 406.º), é de concluir que foi o próprio legislador que teve a intenção em derrogar as normas da parte final do art.º 405.º e do n.º 2 do art.º 406.º desse velho CPC, com a consagração do actual art.º 333.º do CPC, i.e, do

mecanismo alternativo entre o recurso para o tribunal superior da decisão que decretou a providência (com fundamento em que face aos elementos entretanto apurados até e aquando do decretamento da providência esta não devia ser ordenada) e a oposição ao decretamento da providência (...).

(...)

Com efeito, quer-nos parecer que o legislador do actual CPC pretenda, mediante a norma do n.º 1 do art.º 333.º deste diploma adjectivo, evitar a assunção de posições “bifrontes” por parte do requerido da providência não ouvido previamente ao seu decretamento, pois, das duas uma:

- ou atacar logo a ilegalidade do decretamento da providência através do recurso em termos gerais;
- ou, como alternativa, pressuposta a legalidade da providência ao tempo do seu decretamento face aos elementos entretanto apurados e obtidos sem o contraditório do requerido, deduzir oposição ao decretamento da providência, em cuja sede o requerido há-de procurar demonstrar que a providência venha a revelar-se insubsistente no seu todo ou imprópria no seu *quantum*, mediante alegação e produção de meios de prova por ele trazidos como dados novos ao tribunal que decretou anteriormente a providência.

Quer dizer:

- em sede do recurso a interpor em termos gerais da decisão do decretamento da providência, o requerido recorrente *só* pode sustentar o seu recurso a título exclusivo com argumentos tendentes a demonstrar que a providência não devia ter sido decretada face aos elementos entretanto apurados e obtidos sem contraditório exercido por ele até antes do decretamento da providência;
- enquanto na oposição a deduzir contra o decretamento da providência, como alternativa do recurso, o requerido *só* pode pedir a revogação ou alteração da providência anteriormente decretada, por parte do tribunal que a decretou, mediante alegação de factos e oferecimento de meios de prova não considerados pelo tribunal até antes do decretamento da providência e que possam afastar os fundamentos da providência ou determinar a sua redução (...).>>

Assim sendo, é-nos seguramente que a regra do n.º 2 do art.º 403.º do CPC, segundo a qual “*Quando termine em dias diferentes o prazo para a defesa por parte dos vários réus, a contestação de todos ou de cada um deles pode ser oferecida até ao termo do prazo que começou a correr em último lugar*”, não é, independentemente de demais considerações, aplicável à contagem de prazo para a apresentação de oposição deduzida ao abrigo da al. b) do n.º 1 do art.º 333.º do mesmo Código.

E a razão desta nossa conclusão é clara: no caso do n.º 2 do art.º 403.º, está em causa a fase de articulados *antes da decisão judicial da causa*,

enquanto na hipótese do art.º 333.º, a lei civil processual oferece dois meios legais à escolha de todo o requerido da providência cuja audição prévia não tenha sido feita nos termos finais do n.º 1 do art.º 330.º, a fim de este poder insurgir-se contra a *decisão, já tomada*, de decretamento.

Daí decorre que o prazo para a dedução de oposição à providência sob a égide da al. b) do n.º 1 do art.º 333.º tem que ser contado individual e peremptoriamente, sem prorrogação nenhuma em termos semelhantes aos do n.º 2 do art.º 403.º, entendimento este que, aliás, está explícito na letra da al. a) do n.º 1 do art.º 333.º para o caso de recurso do despacho que tiver decretado a providência sem audição prévia do requerido, através dos dizeres “*Recorrer, nos termos gerais, do despacho ...*” (com sublinhado nosso), por força dos quais o prazo tem que ser computado também de modo pessoal e peremptório nos termos do art.º 591.º do CPC.

Ademais, a tese contrária à nossa e preconizada pela ora recorrente comprometerá deveras o interesse de celeridade subjacente a todo o procedimento cautelar (para isto, basta referir-se à norma do art.º 327.º do CPC), quando estiverem em causa mais do que um requerido.

Dest’arte, há que julgar improcedente o recurso em apreço, com conseqüente manutenção da decisão recorrida, porquanto no dia 18 de Março de 2002, data em que a ora recorrente apresentou a sua oposição à providência, já há muito decorreu o prazo legal de dez dias para este efeito.

IV. DECISÃO

Em harmonia com o acima considerado, **acorda-se em negar provimento ao recurso.**

Custas pela recorrente.

Macau, 10 de Outubro de 2002.

Chan Kuong Seng (relator)

João A.G. Gil de Oliveira

Lai Kin Hong